

UM ESTUDO HISTÓRICO DA MODALIDADE DE ENSINO EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

LAUDIR LEMOS MACHADO¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo geral de apresentar um levantamento bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, a partir de uma breve pesquisa de trajetória histórica, dessa modalidade, e descrever ações e aspectos culturais com valoração dos dirigentes no decorrer dos tempos e verificar, no contexto atual, as políticas públicas de inclusão. A metodologia empregada foi estudo descritivo de cunho qualitativo. Os resultados descrevem o processo de construção e reconstrução da modalidade até sua configuração vigente.

PALAVRAS CHAVE

FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). EJA (Educação de Jovens e Adultos). Políticas Públicas. Gestão Pública.

ABSTRACT

This article has the general objective of presenting a literature review on Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, from a brief historical background research, this modality, and describe actions and cultural aspects with valuation of leaders throughout the ages in the current context and verify public inclusion policies. The methodology used was descriptive study of qualitative nature. The results describe the process of construction and reconstruction of the sport to its current configuration.

1. Professor das redes municipais de São Paulo e Osasco. Licenciatura Plena em Pedagogia, História - Especialista: Gestão Pública Municipal – UNIFESP, Currículo e Prática Docente – FAMA/ Instituto Paulo Freire. KEYWORDS

KEYWORDS

FUNDEB (Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Enhancement of Education Professionals). EJA (Youth and Adult Education). Public Policy. Public Management.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um levantamento bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com uma descrição da trajetória da modalidade com foco nas ações promovidas pelas políticas públicas nos diversos contextos históricos, buscando entender a configuração atual da modalidade EJA. Tem como objetivos específicos descrever:

- a) Sobre o Brasil Colônia, o encontro entre o europeu e o nativo, a prevalência da cultura pela persuasão e força e a função educacional neste contexto; sobre o Brasil Império as ações educativas que prevaleceram e sua importância social; as transformações que ocorreram com a Proclamação da República e a 1ª Constituição e as influências que ocorreram no pós-guerra, com um breve foco nas políticas dos Governos Vargas e da ditadura militar.
- b) Descrever a redemocratização, o amparo legal e as responsabilidades governamentais para inclusão social.

Este artigo apresenta, além da introdução, a fundamentação teórica, o método de pesquisa, a análise dos resultados e as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERÍODOS: COLONIAL, IMPERIAL E BRASIL REPÚBLICA

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), a Educação de Jovens e Adultos está presente desde o período colonial, onde os religiosos já exerciam ações educativas missionárias, em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, ensinavam ofícios pertinentes à sustentabilidade local, inicialmente aos indígenas, posteriormente aos escravos negros e no fim, nas escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos.

No que se refere à questão pedagógica, nesse período, segundo Lombardi (2005), a atuação do padre Nóbrega preconizou a institucionalização da pedagogia jesuítica ou o Ratio Studiorum, encerrada com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. No período de 1759 a 1822 houve a institucionalização das Aulas Régias com a Pedagogia Pombalina, sinalizando mudanças no campo educacional com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Em relação à educação de jovens e adultos não aconteceu nenhuma ação educativa. (LOMBARDI, 2005).

Na análise de Haddad e Di Pierro (2000), o tema ressurgiu em 1824, sob a influência de ideias europeias que preconizam uma educação para todos: crianças e adultos. Ocorre ampliação no campo dos direitos legais mas só para os cidadãos de posses, só os membros da elite foram beneficiados.

Com o Brasil República, a nova Constituição de 1891 não apresentou grandes mudanças para alfabetização, pois não havia recursos destinados à modalidade.

Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que no Brasil República há preocupação com a formalização da educação básica. Inicia-se uma grande reforma educacional

e, em contradição com os ideais republicanos, reforça-se a desigualdade social excluindo o adulto analfabeto do voto em um momento em que a maioria da população é iletrada. Lombardi (2008) reafirma a formalização de projetos Constitucionais: reformas educacionais no período de 1889-1930 que, por influência do iluminismo europeu, criaram escolas graduadas, iniciaram a formação de professores e consolidaram a implementação das escolas normais.

A modalidade EJA foi contemplada em algumas políticas governamentais na “Era Vargas”, onde foi sistematizada através de legislação própria, com destinação de recursos e projetos específicos. (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

As perspectivas de inclusão social emergem nos países em desenvolvimento no pós 2ª guerra mundial, a partir das orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), que resgata o tema justiça social. Nos anos 1970, período da Ditadura Militar no Brasil, os programas criados e desenvolvidos para a EJA colaboraram para a manutenção da coesão social e legitimação do regime autoritário. Um destes programas, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), limitou-se apenas a alfabetizar jovens e adultos, ensinar de forma básica a leitura e a escrita, desvinculada de qualquer análise mais crítica necessária para a vida social, política e econômica. Nesse período o projeto e as políticas eram governamentais e ideológicas. Houve mudança somente a partir de 1988. Com o início do processo de redemocratização do país surgiram, com movimentos populares, algumas ações isoladas. Um exemplo são as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) que marcaram e deram identidade ideológica para a modalidade, com alguns líderes, entre eles Paulo Freire, que contradiziam os programas desenvolvidos até então.

Mas, é importante registrar que ainda na década de 20 surgiram movimentos sociais que favorecem a modalidade de EJA. A constituição de 1934, com o Plano Nacional de Educação, incluiu a educação do adulto como parte da responsabilidade do Estado, o que foi ratificado com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (em 1937) e a instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário (em 1942), que inclui o ensino Supletivo para adultos. Em 1945 o Fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e a adultos. Foram criadas leis, mas sem escopo financeiro. No decorrer do tempo passaram a ter características de políticas de governo com ações sazonais que se prolongaram até o presente momento (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 3).

A educação popular surge na década de 60 com ideias de estimular a alfabetização através da leitura de mundo do adulto. Segundo De Lora (2006), “Paulo Freire revela-nos de forma vivencial as exigências mais sutis do processo de conscientização. Penso que o grande mérito de Paulo, o mestre e bondoso e estimulante, está precisamente em ser um catalizador honesto de uma série de inquietudes que se agitam em nosso meio [...]”. (DE LORA, 2006, apud FREIRE, 2006. p. 10). A visão libertaria da metodologia utilizada, criticava a educação bancária e estimulava uma forma emancipadora das amarras ideológicas, alienantes que reforçavam a desigualdade social e o desequilíbrio de distribuição de rendas.

2.2 REDEMOCRATIZAÇÕES DO BRASIL, O AMPARO LEGAL COMO INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

O processo de transição para a redemocratização e a juridicização da função social do Estado teve como precursora a Constituição Federal Cidadã, de 1988. Contribuíram também a nova LDB 9394/98 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o aporte de recursos quando era Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), além de diversas leis de redistribuição de renda e consequente inclusão social.

Na perspectiva da inclusão social, conforme Di Pierro (2005) enfatizou, o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino de qualidade, à luz dos princípios da proporção, equidade e diferença, tornou explícitas as funções dessa modalidade da educação básica (reparação de direitos educativos violados, equalização nas oportunidades educacionais e qualificação permanente); colocou limites de idade (distinguindo a educação de jovens e adultos da aceleração de estudos que visam à regularização do fluxo escolar de adolescentes); e assinalou a necessidade de flexibilizar a organização escolar e contextualizar o currículo e as metodologias de ensino, proporcionando aos professores a formação específica correspondente.

2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) INSTITUCIONALIZADA NO BRASIL

A partir da Constituição de 1988, os analfabetos passaram a ter o direito ao voto e jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, o que deveria comprometer os governos com a superação do analfabetismo. Ao mesmo tempo, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, reafirmou o propósito da educação como um direito humano e, portanto, devendo estender-se a todos, inclusive àqueles que tiveram tal direito usurpado anteriormente. Porém, as políticas para a educação nos anos 1990 não corresponderam às expectativas geradas pela Constituição de 1988 pois se reafirmou o caráter compensatório da EJA. Esta, não foi vista de modo a pensar na educação como um processo permanente, que se dá ao longo de toda a vida do ser humano. Nos diversos programas desenvolvidos pelos governos, intensificou-se o movimento de “erradicação” do analfabetismo do país. Buscava-se romper com um processo que acarretava o retrocesso socioeconômico do país. A vergonha do analfabetismo deveria ser eliminada ao longo dos anos, mas não houve preocupação sobre quem eram estes sujeitos, como eram suas histórias de vida, o que sabiam e como poderiam se instrumentalizar para atuar na sociedade de forma mais participativa, em defesa de seus direitos, uma vez que tais sujeitos também se encontravam à margem da sociedade.

No processo de redemocratização a Educação foi destaque na Constituição Brasileira de 1988 com criação de várias leis: a 9394/96 LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a 9131/1995 que criou o Conselho Nacional de Educação, a lei 9.424/96 que organizou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que depois de dez anos foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esta última obrigou os Estados e Municípios a aplicarem um percentual mínimo de suas receitas, anualmente, em educação (e, desse montante, pelo menos 60% passou a ser destinado ao pagamento de profissionais do magistério).

Programas desenvolvidos para a EJA, com o caráter de uma educação compensatória, presentes até hoje em nossas escolas, geram desinteresse dos jovens e adultos pela escola e pela educação, afasta-os das mesmas. São Programas que não se detêm a quem são de fato estes sujeitos. Desenvolver outra política para a EJA, que considere seus sujeitos, significa ter estes jovens e adultos mais presentes nas escolas, mais participativos. Significa tornar realidade uma educação mais voltada para suas reais necessidades, acreditando que estes sujeitos têm direito à educação ao longo de suas vidas e que esta ocorre permanentemente, pois enquanto se vive se aprende e se ensina.

Em 2003, no governo Lula, tivemos a implantação do programa “Brasil Alfabetizado” e a progressiva inclusão da modalidade no FUNDEB, sendo que tal investimento na erradicação do analfabetismo era uma das estratégias incluídas na luta pela redução da miséria. Foram aportados recursos do governo federal e da sociedade civil, destinados à contratação de educadores leigos para alavancá-lo. Entretanto, os recursos destinados ao Programa foram analisados como insuficientes, não conseguindo atingir todos os que deveriam se beneficiar com ele. E ainda ocorre no Programa que, alguns alunos, mesmo depois de alfabetizados permanecem nele por não encontrarem escolas para prosseguir nos estudos ou para não perder o vínculo afetivo com o grupo e com o educador. As entidades da sociedade civil, a fim de se manterem no Programa, com suas classes abertas, matriculam seus familiares e amigos, mesmo alfabetizados, pois dependem de um número mínimo de matriculados. Ainda quanto aos recursos, a EJA passou a ter destinação de verba do FUNDEB, uma vez que faz parte da Educação Básica. Porém, ao mesmo tempo em que os recursos são recebidos contabilizando-se o número de alunos matriculados, as prestações de contas das verbas recebidas e gastas não obrigam a que estas tenham se voltado, na sua destinação, para a EJA. A EJA não recebe, assim, a devida importância. Com relação ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), o objetivo desta proposta foi ampliar as alternativas para que as pessoas jovens e adultas pudessem completar os ensinamentos fundamentais e médios, combatendo a indústria de venda de diplomas e criando a possibilidade de construir indicadores de qualidade das políticas públicas desta modalidade.

O ENCEJA foi alvo de muitas críticas uma vez que havia a inadequação de uma prova única, padronizada, de abrangência nacional, que não considerava

peculiaridades locais. Voltou-se àqueles que já findavam seus cursos, e não àqueles que nem sequer os haviam iniciado. Nada se relacionava às experiências e trajetórias de vida, somente a habilidades, competências e saberes isolados.

3. MÉTODO DE PESQUISA

O procedimento metodológico escolhido foi o estudo descritivo com abordagem de cunho qualitativo.

As pesquisas foram realizadas no Google acadêmico, Scielo, livros, revistas científicas, que compreendem 36 artigos entre os anos de 1996 a 2015 e contribuíram para a compreensão do processo de construção do significado atual da EJA. O período de abrangência dos artigos corresponde a 19 anos, de 1996 a 2015, e a análise dos dados coletados é para descrição da trajetória histórica, para entender a configuração atual e sua função social.

Hymann (1967) explica que a pesquisa científica é aquela que descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre, podendo ser também experimental, quando há interpretações e avaliações na aplicação de determinados fatores ou simplesmente dos resultados já existentes dos fenômenos. Best (1972) acrescenta que nos tipos de pesquisa, a histórica é aquela que pode se enquadrar dentro dos moldes da revisão de literatura.

Segundo Richardson (1989) este método não pretende medir ou numerar categorias, trabalhando predominantemente com dados qualitativos.

O presente trabalho tem o objetivo geral de apresentar um levantamento bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir de uma breve pesquisa histórica dessa modalidade e descrever a trajetória, ações e aspectos culturais com valoração dos dirigentes no decorrer dos tempos até o contexto atual, verificando políticas públicas de inclusão. E tem como objetivos específicos:

a) Descrever desde o momento do Brasil Colônia, o encontro entre europeus e nativos, a prevalência da cultura pela persuasão e força e a função educacional neste contexto. Sobre o Brasil Império, as ações educativas que prevaleceram, sua importância social, as transformações que ocorreram com a Proclamação da República e a 1ª Constituição, as influências que ocorreram no período pós-guerra, com um breve foco nas políticas dos Governos Vargas e da ditadura militar.

b) Descrever a redemocratização do país, o amparo legal e as responsabilidades governamentais para inclusão social. A metodologia empregada foi estudo descritivo de cunho qualitativo. Os resultados descrevem o processo de construção e reconstrução da modalidade de EJA até sua configuração vigente.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo teve como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico sobre o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil, identificando e descrevendo desde o período colonial até a redemocratização do país, registrando ações de inclusão social do jovem e do adulto e destacando a responsabilidade assumida por dirigentes: da Colônia, do Império e da República em conformidade com a cultura do contexto temporal.

Assim, depois de pesquisados 32 artigos foi produzida a tabela a seguir, com os temas abordados nos mesmos.

Tabela 1 – Artigos Pesquisados

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	RESULTADOS	RECOMENDAÇÕES/ CONCLUSÕES
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DA UNIÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS.	BEISEIGEL, 1997	DESCREVE A PARTIR DE 1947 (ATÉ A PUBLICAÇÃO) QUE OS GOVERNOS TINHAM RETÓRICAS SOBRE PROGRAMAS QUE RESPONDERIAM À DEMANDA DA EJA. CADA GOVERNO TINHA UM DISCURSO, ENTÃO A EJA ERA POLÍTICA DE GOVERNOS. NÃO PODEMOS ABANDONAR ADULTOS E ADOLESCENTES NUM MUNDO ONDE A LEITURA É INDISPENSÁVEL. MURILO HINGEL FRACASSARAM NO MUNDO INTEIRO PROGRAMAS QUE TENTARAM FAZER COISA SEMELHANTE. CLÁUDIO MOURA CAMPANHAS DESTE TIPO COMBATEM EFEITOS E NÃO AS CAUSAS DO ANALFABETISMO. JOSÉ GOLDENBERG. É UM SUICÍDIO ECONÔMICO. UM ADULTO QUE NÃO SABE LER JÁ SE ADAPTOU A ESSA SITUAÇÃO. SÉRGIO COSTA RIBEIRO TABELA – OPINIÕES DE ESPECIALISTAS. FONTE: REVISTA VEJA, ED. 1293, 23 JUN. 1993, P. 50.	“A CRIANÇA ALFABETIZADA, EM UM MEIO DE ADULTOS ANALFABETOS, NÃO LOGRA MODIFICAR A SITUAÇÃO DOS ADULTOS. MAS, O ADULTO PROVIDO DE ALGUMA INSTRUÇÃO, EM MEIO IGUALMENTE RUDE, PODE CONTRIBUIR PARA TRANSFORMÁ-LO, SEJA ATUANDO NO SEIO DO LAR, SOBRE OS FILHOS, SEJA NAS SUAS RELAÇÕES MAIS EXTENSAS, SOBRE TODA A COMUNIDADE (BEISIEGEL, 1974, P. 87).”

<p>2. A EJA EM CHEQUE. DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XXI.</p>	<p>CATELLI, HADDAD, MASAGÃO E RIBEIRO, 2014.</p>	<p>O PÚBLICO DA EJA APRESENTA-SE COM PERFIL MAJORITÁRIO DE TRABALHADORES DE BAIXA RENDA, EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NÃO CONSEGUEM MANTER OS JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA.</p>	<p>HÁ DEZENAS DE MILHÕES DE BRASILEIROS JOVENS E ADULTOS QUE NÃO CONCLUÍRAM A EDUCAÇÃO BÁSICA E TAMBÉM NÃO ESTÃO FREQUENTANDO UMA ESCOLA PARA SE QUALIFICAR EM UM MUNDO EM QUE SER LETRADO SE TORNOU IMPORTANTE FATOR PARA O EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA.</p>
<p>3. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DE PROGRAMA EM PROGRAMA.</p>	<p>CATELLI, 2014</p>	<p>ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DE PROGRAMA EM PROGRAMA</p>	<p>A QUALIDADE DE VIDA APLICADA NO TRABALHO FAZ COM QUE O SERVIDOR DESENVOLVA SUAS ATIVIDADES LABORAIS COM MAIS SATISFAÇÃO, EMPENHO E COMPROMETIMENTO.</p>
<p>4. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: LIÇÕES DA PRÁTICA.</p>	<p>DI PIERRO, VÓVIO E RIBEIRO, 2008</p>	<p>OS MOVIMENTOS EM PROL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS GANHAM IDENTIDADE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, DANDO O DIREITO A GRATUIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL TAMBÉM AO ADULTO.</p>	<p>A EFETIVAÇÃO DA EJA SE DÁ COM A IMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB.</p>
<p>5. RESSIGNIFICANDO A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO</p>	<p>ESPÍDOLA, 2006</p>	<p>ANALISA A HISTORIA DA EDUCAÇÃO COM ENFOQUE NO CAMPO E NOS MOVIMENTOS E PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO.</p>	<p>PROPÕE UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA, ONDE OS AUTORES DAS PROPOSTAS SEJAM OS HOMENS DO CAMPO, ANALFABETOS.</p>
<p>6. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA.</p>	<p>FREIRE, 1997</p>	<p>VÁRIAS RECOMENDAÇÕES PARA FAZER COM QUE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM SEJA MAIS DIALÓGICO E DE ACORDO COM O CONTEXTO DOS EDUCANDOS.</p>	<p>A IMPORTÂNCIA DE PROPORCIONAR E MEDIAR UMA FORMAÇÃO QUE DESENVOLVA O SENSO CRÍTICO DOS EDUCANDOS PARA SEREM ARTÍFICES DAS MUDANÇAS SOCIAIS. ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO, DA FORMAÇÃO DE GENTE.</p>

7. HISTÓRIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1926-1996)	FREITAS, BICCAS, 2009	CONCENTRA PREOCUPAÇÃO EM PENSAR A ESCOLA PÚBLICA E COMO O SISTEMA EDUCACIONAL SE CONFIGUROU AO LONGO DO SÉCULO XX.	A ESCOLA PÚBLICA TEVE TRAJETÓRIAS RECORTADAS POR INSTABILIDADES
8. ECOPELAGOGIA E CIDADANIA PLANETÁRIA	GUTIERREZ, 2008	O CONCEITO ECOPELAGOGIA ESTÁ ASSOCIADO À SUSTENTABILIDADE DO PLANETA TERRA, COM POSSIBILIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO ATRAVÉS DOS EXEMPLOS PRÁTICOS RELATADOS NA OBRA.	O MOVIMENTO CONTRIBUI PARA UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS. PARA QUE SEJAM EDUCADAS PARA PRESERVAÇÃO DE SUA CASA O PLANETA TERRA, PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DE PERTENCIMENTO E PARA A INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.
9. ANALFABETISMO NO BRASIL E NO MUNDO	HADDAD, 2009	O FOCO DA ANÁLISE SÃO OS DADOS ESTATÍSTICOS DO PNAD DE 2008, OS INDICADORES DO BRASIL. A PNAD DE 2008, APONTAVA MAIS DE 14,1 MILHÕES DE PESSOAS ANALFABETAS, ACIMA DE 14 ANOS DE IDADE.	A VULNERABILIDADE CAUSADA PELA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA INDICA QUE OS MAIORES ÍNDICES DE ANALFABETISMO ESTÃO RELACIONADOS A BOLSÕES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL. FINALIZA AFIRMANDO QUE TEMOS MUITO QUE AVANÇAR.
10. TAXA DE ANALFABETISMO, POR GRUPOS DE IDADES	IBGE, 2015	ALTOS ÍNDICES DE ANALFABETISMO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL, 14 AOS 29 ANOS, MAIS DE 14 MILHÕES.	AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MODALIDADE E VERIFICAR SUA EFICÁCIA.
11. CRESCIMENTO DA RENDA FOI MAIOR NAS CLASSES DE RENDIMENTO MAIS BAIXAS	IBGE, 2013	ÍNDICE DE CRESCIMENTO TEVE AUMENTO COM OS PROGRAMAS SOCIAIS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA.	MAIOR REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA, ESTIMULA O MERCADO E AMPLIA O ACESSO AOS BENS DE SERVIÇOS.
12. PERIODIZAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTO POLÊMICO E SEMPRE PROVISÓRIO	LOMBARDI, 2005	REFLEXÃO E ANÁLISE DA PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL.	RECOMENDA UMA RECONSTRUÇÃO DA PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA BRASILEIRA.
13. PRIMÓDIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	MATTOS, 1958	SUA NARRATIVA ESTÁ CENTRADA NA BIOGRAFIA DE NÓBREGA 1549 A 1570	ESTE LIVRO FOI ESCRITO EM 1958, QUANDO, AQUI NO BRASIL, AINDA SE PRATICAVA A "VELHA HISTÓRIA".

14. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMPO EM REDEFINIÇÃO. TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS	PIERRO, 2004	OS DIVERSOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS, PROPORCIONARAM A CRIAÇÃO DE VÁRIOS OBJETIVOS PARA EJA, SEMPRE EM TRANSFORMAÇÃO, ATENDENDO ÀS VISÕES DE MUNDO VIGENTES.	A HISTORICIDADE DESDE OS ANOS 40 ATÉ A DITADURA APRESENTAM AÇÕES LIMITADAS. A EJA AINDA ESTAVA EM CONSTRUÇÃO, NA BUSCA DE SUA IDENTIDADE E FUNÇÃO SOCIAL.
15. DIMINUI O ANALFABETISMO NO MUNDO	PIME, 2015	AS ESTATÍSTICAS INDICAM QUE COM O AUMENTO DA RENDA PER CAPTA COM OS PROGRAMAS DE GOVERNO E AS INDICAÇÕES DA UNESCO DE RESGATE DA JUSTIÇA SOCIAL, MELHORAM DIVERSOS INDICADORES, INCLUSIVE DA EDUCAÇÃO.	MAIS AÇÕES E ESTABILIZAÇÃO DAS ECONOMIAS, HUMANIZAÇÃO.
16. DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES A CAMINHO DA AUTORIA-ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM DO CICLO INTERDISCIPLINAR	S.M.E SP, 2015	AS ORIENTAÇÕES PAUTADAS NUMA FORMAÇÃO ESCOLAR QUE RECONHEÇA OS EDUCANDOS COMO SUJEITOS, COM UM CURRÍCULO APROPRIADO AOS DIVERSOS CONTEXTOS DAS DIVERSAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO.	PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO COLETIVA SIGNIFICATIVA PARA DESENVOLVER CIDADÃOS ATUANTES, PENSANTES TRANSFORMADORES DAS REALIDADES EXCLUDENTES.
17. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	S.M.E SP, 2015	APRESENTA VÁRIAS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DAS SALAS DE EJA NA CIDADE DE SÃO PAULO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS EDUCANDOS, COM AMPLA POSSIBILIDADE DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE MODALIDADES.	GESTÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

18. EDUCAÇÃO E PRÁTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA.	SOUZA, 2006	FAZ UMA SÉRIE DE REFLEXÕES SOBRE ESTADO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS.	RECOMENDA REFLEXÕES PARA AÇÕES: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO, AS MUDANÇAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS E O PAPEL DO ESTADO, A VINCULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS. QUE A EDUCAÇÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, SEJA SUJEITO NA PROMOÇÃO DA VIDA
19. EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR	UNESCO, 2015	RATIFICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA DIMINUIR AS DESIGUALDADES.	OBJETIVO ÚLTIMO DA DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS É SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA APRENDIZAGEM DE TODAS AS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS.
20. DECLARAÇÃO DE JOMTIEN (TAILÂNDIA), 09 DE MARÇO DE 1990	UNESCO, 2015	HÁ MAIS DE QUARENTA ANOS AS NAÇÕES DO MUNDO AFIRMARAM, NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, QUE "TODA PESSOA TEM DIREITO À EDUCAÇÃO".	OBJETIVO ÚLTIMO DA DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS É SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA APRENDIZAGEM DE TODAS AS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS.

Fonte: O autor com base nas pesquisas

A pesquisa bibliográfica teve como norte descrever como foi o processo para configuração atual da modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos). Os autores selecionados apresentaram dados que demonstram que no percurso da formação do povo brasileiro a educação não foi prioridade, mesmo porque, a visão sociocultural dos diversos contextos descritos evidenciam que desde a chegada dos Europeus ao novo continente as prioridades eram mercantilistas, não havia uma preocupação com os direitos humanos relacionados à educação e a outras necessidades básicas. A "virada" para a valorização da justiça social se deu após a segunda guerra mundial, onde em um processo de humanização global se organizam e criam organismos de direitos humanos como a Organização das Nações Unidas (ONU), para criar, sugerir e acompanhar ações aos seus signatários.

No Brasil, a sinalização para políticas públicas voltadas para os jovens e adultos, ganhou legalidade na era Vargas, com citação na nova Constituição Federal. Até a constituição de 2006 a EJA era programa de governos sazonais. A partir do FUNDEB a modalidade se configura com

direito legal, com aporte financeiro, com função social de inclusão, ao lado de outras ações de redistribuição de renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada utilizou-se da metodologia qualitativa, com o objetivo de estudo descritivo sobre a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, para entender a configuração da modalidade no contexto atual. Os dados coletados indicam particularidades que justificam a marginalização da modalidade, identificam também a função social de inclusão e a responsabilidade social dos governantes.

As fontes bibliográficas nos levam à gênese da formação do povo brasileiro. É uma viagem pelo tempo, onde o contexto sócio-econômico-cultural indicava uma predominância de nações europeias que disputavam o poder na busca de novos mundos. Uma das matrizes étnico-culturais do povo brasileiro já estava presente quando os exploradores chegaram. Os dados históricos indicam que os dominadores, detentores de armas, impuseram sua cultura aos nativos. Com intenção direcionada inicialmente a catequizar e posteriormente, com o fortalecimento da pedagogia Jesuítica, como sistema de formação da elite colonial. Mais tarde, com Marques de Pombal, é implementado um aparelho educacional a serviço do Estado, para dominação.

No período Imperial prevalece a elitização pela posse, com poucas escolas para educação básica, e nenhuma para jovens e adultos.

Com a proclamação da República inicia-se um processo de autonomia da colônia, onde a 1ª Constituição contempla a educação, implementam-se escolas de formação de professores e cursos de normalista. Na contramão deste processo, excluem o adulto analfabeto do voto, refirmam que o adulto pobre não é cidadão. O poder político do Brasil era conservador e tradicional, defendia os interesses da elite. Com a revolução da década de 1930 ocorreram mudanças e surgiram indicações de melhorias populistas, inclusive para Educação, sobretudo para EJA. A constante luta pelo poder no Brasil o tornou instável e não existiam políticas públicas, mas projetos de governos, prevalecendo até a redemocratização do país, a partir de 1988.

As reformas ocorridas nos âmbitos político-administrativos proporcionaram um ambiente favorável à construção de uma Constituição Cidadã que instituiu leis que obrigam o Estado a responsabilizar-se pela justiça social. A modalidade EJA esperou muitos anos para ser contemplada, foi excluída do financiamento público por muitos anos, excluída do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEF funcionou em todo o país de 1º de janeiro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006 e não contemplava nem a educação Infantil e nem a EJA. Isto mudou com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que distribui recursos para toda Educação Básica.

Este estudo observou que após a redemocratização houve vários projetos que buscaram a inclusão social dos jovens e adultos no Sistema Educacional no Brasil, mas que devido à autonomia das Unidades Federativas as ações atuais são pontuais, passando muitas vezes despercebidas.

As informações apresentadas na pesquisa bibliográfica descrevem situações históricas onde o poder público não priorizava a distribuição de bens, não humanizava, proporcionava a exclusão e a segregação social, não tinha clara a sua função social. Hoje, de posse de todas as

informações e amparado por lei, deve assumir sua responsabilidade social que é colocar-se a serviço da comunidade e humanizar os serviços.

6 AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP, em parceria com o Programa UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, no âmbito do Programa 1061 – Brasil Escolarizado, ação 8426 – Formação Inicial e Continuada a Distância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIEGEL, C.R. **Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos**. Revista Brasileira de Educação, Nº 4 Jan/Fev/Mar/Abr 1997.

BEST, J. W. **Como investigar em educación**. 2. ed. Madri: Morata, 1972.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei n. 9.424 de 24.12.1996. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério**. Manual de Orientações. Brasília.1988.

_____. SENADO. **Proposta de Emenda Constitucional (FUNDEB)**. Brasília, jul. 2006. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: jul. 2006.

CATELLI Jr., Roberto. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil**: de Programa em Programa. In: MORTATTI, / Maria do Rosário Longo, FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CATELLI Jr. Roberto; HADDAD, Sérgio, RIBEIRO, Vera Masagão, (org.). **A EJA em xeque. Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2014.

CNBB. CF2013 **Secretario da CNBB destaca avanços e desafios a saúde pública no país**. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/campanhas/fraternidade/8733-cf-2012-secretario-da-cnbb-destaca-avancos-e-desafios-a-saude-publica-no-pais>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciência da administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB,2009.

DI PIERRO, M.C., RIBEIRO, E. VÓVIO, C.L. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática.** Brasília, UNESCO. 2008. 207p.

DI PIERRO, M.C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, Especial - Out. 2005. p. 1116-1120. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: abril/2015.

ESPÍNDOLA, Célio Alves. **Ressignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil a partir dos movimentos sociais do campo.** Revista da Faced, nº 10, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Unesp, 2000.

_____. **Conscientização:** Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Ed Centauro, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

GUTIERREZ, Francisco. **Ecopedagogia e cidadania planetária,** 4.ed., São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, Sérgio. Educação de Jovens e Adultos, a promoção da Cidadania Ativa e o desenvolvimento de uma consciência e uma cultura de paz e direitos humanos. In: **Education for youth and adults, for the promotion of na active citizenship, and for the development of a culture and aconscience of peace and human rights.** Agenda for the future six years later – ICAE Report. International Council for Adults Education – ICAE. Montevideo, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edu-legislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia>>. Acesso em: abril /2015.

_____. Analfabetismo no Brasil e no mundo. Portal Pró-Menino. Disponível em: <<http://www.cereja.org.br/site/artigos.asp>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio-agosto 2000, p. 108-130.

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa:** princípios, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

IBGE. **Taxa de analfabetismo, por grupos de idades.** Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD171>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

I.B.G.E.PNAD 2011: **Crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais**

baixas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1>. Acesso em: 24 mar. 2013.

IRELAND, Timothy; SPEZIA, Carlos. **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de Confitea**. Brasília: Unesco. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230540POR.pdf>>. Acesso em: abril/2015.

LOMBARDI, José Claudinei. **Periodização na História da Educação Brasileiro: aspecto polêmico e sempre provisório**. Campinas: HISTEDBR, 2005.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MARINHO, Ramuth Pereira; PACHECO, Hasla de Paula. **Os impactos do Fundeb para a educação de jovens e adultos: uma análise necessária**. Anais do IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT7/OS_IMPACTOS_DO_FUNDEB.pdf>. Acesso em: abril/2015.

MOREIRA, A.F.B.M., CANDAU, V.M. **Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, Nº 23 maio/junho/julho/agosto 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: abril/2015.

PIME. Pontifício Instituto das Missões Exteriores. **Diminui o analfabetismo no mundo**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/dadosanalfab.htm>> Acesso em: 28 mar. 2013.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão, **Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil**, Boletim INAF, São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, julho/ agosto de 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica, DOT Ensino Fundamental e Médio, **Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria-Elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar**- abril de 2015 (Versão preliminar).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-Diretoria de Orientação Técnica-Divisão de Orientação Técnica - **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** -Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas pedagógicas – 2015. São Paulo - Janeiro - 2015

SOUZA, Eduardo Neto Moreira. **Educação e Prática de responsabilidade social: espaços de construção de cidadania?** IntegAção, nº 63, jun2006.

UNESCO. **Educação em Primeiro Lugar**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/education-for-all/education-first/#c353370>>.

Acesso em: 24 mar. 2015.

UNESCO. **Declaração de Jomtien (Tailândia)** 9 de março de 1990. Acesso em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>; <http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2015.